
**O ACESSO À SAÚDE DAS MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Laurindo Wantuir de Souza Junior¹
Ariane Thaise Alves Monteiro de Andrade²
Milena Torres Guilhem Lago³
Rosilene Aparecida Machado⁴
Carolina Mathioli⁵

RESUMO

Objetivo: Este estudo consiste em identificar, através da literatura científica, como ocorre o acesso à saúde das mulheres encarceradas no Brasil. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada entre março a dezembro de 2019, no qual as bases de dados utilizadas foram SciELO, LILACS, MEDLINE, em que os anos de publicação foi de 2009 há 2019 com os seguintes descritores: mulheres encarceradas, mulheres privadas de liberdade, promoção em saúde, saúde da mulher. Sendo selecionados 5 artigos. **Resultados:** Foram analisados os 5 artigos no qual durante a análise, dois deles focam na prevenção e promoção em saúde, quatro artigos se revelaram mostrando o intuito de prevenir as infecções sexualmente transmissíveis e três apresentaram o foco em ações mais curativas sobre as atividades em saúde. **Conclusão:** Existe um escassez de artigos no qual aborda este tema principalmente em algumas regiões do Brasil para que se consiga fazer uma análise ampla e comparativa com cada região do país.

387

Palavras-chave: Mulheres encarceradas. Mulheres privadas de liberdade. Promoção em saúde. Saúde da mulher.

ABSTRACT

Objective: The objective of this study is to identify, through the scientific literature, as is the access to the health of women incarcerated in Brazil. **Method:** This is an integrative review of literature performed between March and December of 2019, in which the databases used were SciELO, LILACS, MEDLINE, in which the years of publication was in 2009 for 2019 with the following descriptors: women in prison, women deprived of their liberty, health promotion, health of the woman. 5 articles were selected. **Results:** We analyzed the 5 articles in which during the analysis, two of them focus on prevention and health promotion, four articles were showing the aim of preventing sexually transmitted infections and three showed a focus on curative

¹ Graduando do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

² Enfermeira docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

³ Enfermeira docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

⁴ Enfermeira docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

⁵ Enfermeira docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

actions on the activities in health. **Conclusion:** There is a shortage of articles in which discusses this topic mainly in more regions of Brazil to be able to make a broad and comparative analysis with each region of the country.

Key Words: Women in prison. Women deprived of their liberty. Health promotion. Health of the woman

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se observado o crescimento expressivo da população feminina no sistema prisional brasileiro. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN - Informações Penitenciárias 2018 p.14) em junho de 2016, essa população atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016.

388

Conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal (LEP), as pessoas privadas de liberdade devem ter acesso à saúde integral garantido pelo Estado, por meio de atendimento médico, farmacêutico e odontológico. A garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, no qual se insere o direito à saúde, é preconizada pelo artigo 3º da LEP (INFOPEN, 2018).

Considerando que a saúde é um direito legítimo de cidadania e um princípio fundamental do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, acredita-se que as ações de saúde nesse contexto deveriam ser mais divulgadas e exercidas por uma rede profissional qualificada de apoio a população carcerária feminina brasileira (SILVA; RIBEIRO, 2013).

METODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura, que tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para realização dessa a revisão bibliográfica, alguns passos foram seguidos:

1. Pergunta norteadora: neste estudo a pergunta norteadora foi: “como ocorre o acesso à saúde das mulheres encarceradas no Brasil?”, sendo utilizados os seguintes descritores: mulheres encarceradas, mulheres privadas de liberdade, promoção em saúde, saúde da mulher.

2. Os critérios de elegibilidade dos artigos: Foram selecionados apenas os artigos publicados nas bases de dados SciELO, LILACS, MEDLINE, publicados entre os anos de 2009 há 2019 foi feito a leitura dos títulos e depois dos resumos, sendo critérios de inclusão dos artigos: resumos disponíveis nas bases de dados selecionadas, publicados no período janeiro 2009 há dezembro 2019, publicações no qual abordava o tema relacionado tema da saúde da mulher em cárcere no Brasil.

3. Categorização e avaliação dos estudos: Foi realizado a extração das informações dos estudos pré-selecionados. Posteriormente, foram analisados criteriosamente os artigos nas bases de dados SciELO, LILACS, MEDLINE, primeiro o resumo dos 56 artigos encontrados no qual foram incluídos apenas 5 artigos que contemplavam o objetivo da pesquisa.

389

4. Discussão e análise dos resultados sendo utilizado como base das interpretações as informações sobre a saúde da mulher no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

RESULTADOS

Segue abaixo um quadro que traz de forma objetiva o que foram encontrados nos cinco artigos analisados relacionado ao tema que abrange de como é o acesso em saúde das mulheres privadas de liberdade, sendo descritos o ano e os autores, tipo de estudo, o título do artigo e os principais resultados.

Tabela 1 - Artigos publicados no período de 2009 a 2019 sobre O Acesso á Saúde das Mulheres Encarceradas No Brasil

Autor/Ano	Título do artigo	Tipo de estudo	Principais resultados
MOURÃO/2015	Promoção da saúde de mulheres	Estudo descritivo exploratório do	Traduz uma realidade de um acesso deficitário com salas improvisadas e profissionais apenas em períodos parciais,

	encarceradas: um relato de experiência	tipo relato de experiência	porém refere que existem ações que auxiliam na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.
XAVIER/2017	Câncer de colo uterino e infecções sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade	Estudo descritivo de abordagem qualitativa	Traz o relato de ações preventivas de exames ginecológicos, atuando também na promoção em saúde bem como atividades educativas para prevenção de do câncer de colo de útero e infecções sexualmente transmissíveis.
SANTOS/2017	A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro	Estudo descritivo de abordagem qualitativa	As encarceradas que foram entrevistadas relatam que a atenção em saúde está em caráter curativo, com foco em apenas na ausência de doenças e uso de medicações para solucionar problemas imediatos.
PIMENTEL/2015	Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário	Pesquisa de campo, descritiva, de abordagem qualitativa	Este artigo revela ações voltadas aos exames ginecológicos preventivos, assistência integral ao pré-natal para as gestantes, promoção em saúde para o combate a infecções sexualmente transmissíveis com enfoque a relacionamentos homoafetivos.
MOREIRA/2014	Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário	Estudo qualitativo, descritivo e exploratório	Enfoque na saúde curativa, ineficiência da assistência bem como na ineficácia da equipe em saúde, humanização e escuta ativa ausente, algumas atividades relacionadas a prevenção está relacionado as infecções sexualmente transmissíveis.

DISCUSSÃO

De acordo com o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário a meta é que em todas as penitenciárias devem existir ações para detecção precoce do câncer cérvico uterino e de mama, diagnóstico e tratamento das DST/AIDS, da assistência à anticoncepção, assistência ao pré-natal de baixo e alto risco, implantação da imunização das gestantes, implantar a assistência ao puerpério, de ações educativas

sobre pré-natal, parto, puerpério, anticoncepção, controle do câncer cérvico uterino e de mama, e doenças sexualmente transmissíveis, garantia do encaminhamento para tratamento das mulheres com câncer cérvico uterino e de mama, garantia do acesso das gestantes para o atendimento de intercorrências e parto (BRASIL, 2003).

No entanto pode-se observar duas das cinco pesquisas analisadas fazem o relato de que existem um trabalho mais assertivo quanto a prevenção e promoção da saúde da mulher e não somente com ações educativas, mas com exames ginecológicos como a coleta de material para análise do câncer cérvico uterino, consultas de pré-natal dentro do sistema prisional, seguindo outras condutas como ações educativas na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Já este assunto sobre as IST's percebe-se nos artigos analisados que em quatro deles mostram que possuem atividades de orientação sobre métodos e formas de prevenção destas infecções sexualmente transmissíveis.

Pois os presidiários apresentam um alto risco de adquirir DST/AIDS e outras infecções, devido à transmissão parenteral e sexual, como compartilhamento de seringas e sexo desprotegido, pois o uso de drogas injetáveis e a atividade homossexual são comportamentos frequentemente relatados por essa população (ALBUQUERQUE; SILVA; RABELO; LUCENA; LIMA; COELHO; TIAGO, 2014).

Em três dos artigos analisados vê-se que o acesso em saúde das encarceradas está voltado em ações curativas, sendo atendidas e medicadas quando adoecem apenas, revela que existe uma deficiência na infraestrutura para os atendimentos sendo que alguns são feitos em lugares improvisados, ineficácia das equipes em saúde em fazer um atendimento humanizado com uma escuta ativa para estas mulheres encarceradas.

As diretrizes estratégicas do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário consiste em prestar assistência integral resolutive, contínua e de boa qualidade às necessidades de saúde da população penitenciária, contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes que acometem a população penitenciária, definir e implementar ações e serviços consoantes com os princípios e diretrizes do SUS, proporcionar o estabelecimento de parcerias por meio do desenvolvimento de ações intersetoriais, contribuir para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde, provocar

o reconhecimento da saúde como um direito da cidadania, estimular o efetivo exercício do controle social (BRASIL, 2003).

Para atender as necessidades de saúde da população carcerária feminina brasileira, entende-se que seja necessário conhecer e refletir sobre as condições de vida dessas mulheres. Nesse contexto, compreender e discutir fatores que permeiam o universo carcerário torna-se indispensável aos profissionais que atendem a população carcerária feminina. (SILVA; RIBEIRO, 2013).

Em tudo pode ser observado que os profissionais da enfermagem possuem papel fundamental para que exista um resultado efetivo no acesso em saúde, sendo como principal ações com equipe multidisciplinares em saúde com ações educativas que visa a promoção em saúde neste ambiente prisional, em outro aspecto o atendimento humanizado, atento as individualidades de cada indivíduo no do estudo de cada mulher resulta em uma confiança com o profissional de enfermagem para que até mesmo em duvidas em saúde possa ser solucionadas no ambiente do cárcere.

392

CONCLUSÃO

Diante da escassez de produções científicas relacionadas à saúde das mulheres privadas de liberdade e buscando possibilitar uma visão mais ampla da real situação vivida pelas mulheres encarceradas no Brasil, o objetivo deste texto está em identificar, por meio da literatura científica, como ocorre o acesso à saúde das mulheres encarceradas no Brasil

Ao fato de que o número de mulheres encarceradas no Brasil vem aumentando é imprescindível de que as ações de promoção e prevenção em saúde aconteça de forma integral conforme já até mesmo estabelecidas nos planos de ação em saúde para as mulheres privadas de liberdade, pois nos artigos analisados vemos que ainda existem um deficiência do acesso aos serviços em saúde, inclusive em relação as mulheres que não se encontra no sistema prisional em que possuem o acesso mais facilitado.

Vale ressaltar que no âmbito da enfermagem as ações de promoção em saúde deve abranger a todos os públicos inclusive as mulheres encarceradas, uma das alternativas para que o acesso acontecesse e que fosse eficiente sua assistência é

preciso de uma fiscalização tanto das do esferas dos poderes públicos quanto das entidades competentes que possuem o papel de avaliar as condições que estão esta população em todo tempo que estas mulheres estão reclusas.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, M. A.; SOUZA, H. S. Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 219-227, 2014.

MOURÃO, L. F. et al. Promoção da saúde de mulheres encarceradas: Um relato de experiência. **SANARE**, Sobral, v. 14, n. 01, p. 52-57, jan-jun 2015.

PIMENTEL, I. S. et al. Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário. **Rev. Interdisciplinar**, v. 8, n.4, p. 109-19, 2015.

SANTOS, M. V. et al. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul-jan 2017.

XAVIER, L. D. A. et al. Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: Percepção das mulheres privadas de liberdade. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 7, p. 2743-50, jul 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília –DF: Ministério da Saúde, 2003.